

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS PCN PARA LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS – LEM

BARTOLOMEU MELO BRITO – Universidade
Estadual de Alagoas – UNEAL

I. INTRODUÇÃO

No presente texto objetivamos desenvolver um estudo analítico ancorado na Análise do Discurso. Para tanto, recorreremos a categorias discursivas como Condições de Produção e Silenciamentos, que podem ser verificadas na leitura dos Conhecimentos de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM), presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).

A realização da análise dos referidos discursos oficiais repousa no intuito de desvelar qual a posição político-ideológica que subjaz o discurso contido nos referidos documentos. Para tanto, utilizaremos conhecimentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso – AD (vertente francesa). Compartilhando com seu fundador Michel Pêcheux, 1969, e com teóricos nacionais, compreendemos que a AD,

como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. [...] A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. (ORLANDI, 2003, p. 15)

A linguagem assim concebida é práxis, atividade indispensável à intermediação necessária entre as pessoas no convívio social, e na construção de suas subjetividades, em uma determinada realidade objetiva.

1. Discurso e Condições de Produção

A AD nos permite trabalhar em busca dos processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais. Isso implica o reconhecimento de que há uma historicidade inscrita na linguagem que não nos permite pensar na existência

de um sentido literal, já posto, e nem mesmo que o sentido possa ser qualquer um, já que toda interpretação é regida por condições de produção.

Trabalharemos categorias básicas da AD que nos auxiliarão na condução de nossa proposta, a primeira delas são as Condições de Produção – Amplas e Estritas – em que o texto dos PCNEM foi concebido. A referida categoria é essencial ao entendimento da própria constituição dos discursos, assim, necessitamos entendê-las em seus sentidos: amplo e estrito. O amplo explicita as relações de produção, com seus elementos sócio-histórico-ideológico. O estrito refere-se às condições imediatas que engendram a sua formulação (dos textos).

Na referida categoria discursiva são abordados conceitos indispensáveis à compreensão do questionamento proposta pela AD à linguística, qual seja a falta de historicidade inscrita na linguagem,

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele), mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito. (ORLANDI, 2003, p. 68)

Assim, seguindo o explicitado na citação acima, buscamos nos discurso dos PCNEM os processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais. Nesses termos, no século XX, presenciamos o surgimento do fenômeno da globalização, que pode ser entendido como o processo de integração entre as economias e sociedades dos vários países e continentes, especialmente no que se refere à produção de mercadorias, serviços e aos mercados financeiros. Sendo a expressão maior das forças de mercado, e que tem como representantes os grandes conglomerados de empresas que comandam as trocas internacionais nas sociedades capitalistas.

No âmbito das Condições de Produção em Sentido Estrito, ou seja, o contexto sócio-histórico e ideológico em que o discurso sobre os conhecimentos de LEM são formulados e depois divulgados no corpo do PCNEM circunscreve-se ao período compreendido durante o segundo mandato, do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC). Momento em que, no transcurso das políticas

educacionais da década de 1990, ocorreram as recentes reformas¹ da educação brasileira e também a aprovação da Lei Nº 9.394 de, 20 de dezembro de 1996, Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB que, no seu Artigo 36, dentre outras diretrizes, incorporou no currículo do Ensino Médio a oferta de uma Língua Estrangeira Moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar.

1.1.2. Silenciamentos

Como evidenciamos anteriormente, nesse estudo cabe-nos uma investigação complexa, que contempla ao mesmo tempo duas ordens: a ordem da linguagem e da história, – nas quais se realizaram as sequências discursivas, que tomaremos como objeto de trabalho – condições que lhe dão uma existência específica. Essa existência faz o discurso emergir em relação com um domínio de memória, como possibilidade de posições possíveis para um sujeito.

De acordo com Amaral (1999, p. 76):

Quando, no processo de elaboração do discurso, o sujeito falante escolher uma palavra, nas possibilidades oferecidas pelo sistema lexical da língua, estará sendo orientado por um saber discursivo já sedimentado que faz parte de uma dada formação discursiva, na qual toma uma posição e responde às exigências do objeto do discurso.

Tal escolha está submetida ao querer-dizer do enunciador, seu intuito discursivo, inscrito em uma formação discursiva que orienta seu dizer, ou seja, aquilo que pode e o que não pode ser dito, demarcando sua posição como sujeito no discurso. Aqui o linguístico e o discursivo se sobrepõem atestando que o discurso constitui-se em uma instância onde se encontram a língua, história e ideologia. Trazendo à luz que discurso é práxis, condição primeira da produção e reprodução das potencialidades humanas em sociedade.

¹ Conforme Cavalcante (2007, p. 9), “No campo da educação, sob a denominação de reformas, abriga-se uma infinidade de iniciativas e programas. Fala-se de reformas quando se efetua uma mudança de estrutura (de nível e de ciclos de ensino); quando se incorporam novos conteúdos e novas tecnologias; quando se mudam os procedimentos na organização escolar; quando se introduzem novas metodologias; quando se buscam mecanismos para reduzir (ou apenas camuflar) os índices de repetência e de evasão escolar; enfim, quando se pretende acomodar a escola às exigências do mercado. Logo, uma reforma em si, não é sinônimo de progresso”.

Assim, pretendemos, através da análise do discurso do citado documento, detectar qual o lugar social apontado nesse dizer. Os discursos que circulam em uma sociedade e tem sua origem no poder constituído e vigente, revestem-se de tendências à estabilização de uma posição voltada à submissão a estas autoridades. Ainda, por servirem como meio de manutenção de normas sociais intencionalmente formuladas, e para o exercício do controle de regras determinadoras das relações de dominação, tais discursos exigem a tarefa de desvelamento dos silenciamentos por eles evocados, presentes em sua materialidade discursiva, por estarem subjacentes e se ocultarem no dizer.

Desse modo, por estarem circunscritos em uma dada formação discursiva, onde o que pode e o que não pode ser dito são controlados, mas nem por isso fechado à interferência ou à interlocução com outros discursos, acreditamos que a correlação, deslocamento, ou, vizinhança aqui encontrada com outro(s) discurso(s) se deve ao fato de que a discursividade é um acontecimento, ou seja, o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos.

2. AS ANÁLISES DISCURSIVAS

SD1 – No âmbito da LDB, as Línguas Estrangeiras Modernas recuperam², de alguma forma, a importância que durante muito tempo lhes foi negada.

Como podemos depreender pelo que está expresso na **SD1**, no âmbito da legislação específica, as Línguas Estrangeiras Modernas recobram uma importância que ao longo dos anos não se confirmava, desse modo, o que está implícito, não-dito, é que houve um período na história da educação brasileira em que o ensino e a aprendizagem de LEM gozavam de algum prestígio dentre as disciplinas que compunha o currículo escolar da educação básica. Pois, o verbo recuperar, na terceira pessoa do plural nos confere esta prerrogativa – recuperam – recuperar significa readquirir algo que se havia perdido, ou seja, reaver uma importância que um dia lhe foi conferida.

² Vocábulo definido no Novo Dicionário Aurélio (1ª edição, 15ª impressão) como “v.t.d. 1. Ter ou obter novamente (coisa, estado, condição que se havia perdido); reaver, retomar, readquirir, recobrar.

Assim, o enunciante ao sustentar esse dizer, apaga, silencia a sustentação de outro discurso que pode causar rupturas significativas na relação de sentidos, pois, omite o fato de que nas legislações anteriores – como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que “*Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*” – nenhuma referência faz ao ensino e aprendizagem de LEM.

Posteriormente, na década de 1970, é sancionada a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, oficialmente denominada de Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus – impermeável ao debate e à participação da sociedade civil, em função do contexto em que foi gestada: período do governo ditatorial militar, discricionário com as liberdades civis, cerceadas, e em nome de um falso nacionalismo, a única referência que se faz ao ensino de LEM é encontrada no seu Artigo 8º, parágrafo 2º onde encontramos:

Em qualquer grau poderão organizar-se classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de línguas estrangeiras e outras disciplinas, áreas de estudo e atividades em que tal solução se aconselhe. (BRASIL, 1971, p.31)

Pelo exposto podemos afirmar que, a diminuta importância dada ao ensino e aprendizagem de Línguas Estrangeiras, anteriormente, lhes conferia um *status* de disciplina pouco ou nada relevante à formação geral do educando, pois, em qualquer grau as turmas poderiam ser niveladas sem perda de conteúdos programáticos das disciplinas e sem prejuízo algum para os alunos. O silêncio constitutivo, ou seja, o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer. Esta forma de silêncio teve lugar no país no período que sucedeu aos vinte e anos de ditadura militar, denominado como “Nova República”. Quando os sujeitos da história assim o nomeiam, intencionam apagar o fato de que o que tínhamos antes era um regime ditatorial militar (Orlandi, 2004).

Generalizando, podemos afirmar que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras.

Inferimos, pois, que é apagado, colocado de lado, excluído, o fato de que o ensino das LEM, não era importante à época da ditadura militar, sob o ponto de vista da Formação Ideológica do capital, os dirigentes do país não queriam dotar a sociedade brasileira da possibilidade de comunicação em LEM, esse privilégio caberia a poucos que podiam custear cursos de línguas estrangeiras em institutos de línguas e vivenciar a experiência da imersão.

O foco das preocupações da época era a manutenção do poder e o crescimento econômico do país à custa da sociedade civil, para atender as demandas da formação discursiva do mercado que tinha no crescimento econômico o foco de seus interesses.

Assim, como nos adverte Orlandi (2003), se tomarmos o conceito de formações discursivas como referência, podemos dizer que o silêncio trabalha os limites das diferentes formações discursivas, isto é, trabalha o jogo da contradição de sentidos e da identificação do sujeito.

SD2 – Considerada, muitas vezes e de maneira injustificada, como disciplina pouco relevante, elas adquirem, agora, a configuração de disciplina tão importante como qualquer outra do currículo, do ponto de vista da formação do indivíduo.

Na **SD2** o dêitico³ – elemento linguístico que, em um enunciado, organiza as relações temporais em torno do “sujeito” tomando como referência o tempo presente, ou seja, faz referência à situação em que esse enunciado é produzido – **agora**, com a edição dos PCNEM todos os problemas referentes à sua pouca relevância das LEM no currículo escolar estão sanados, isso nos dá a certeza de que a partir do momento presente não haverá mais empecilhos à formação geral dos educandos nesse campo do saber.

Nessa **SD** silencia-se o fato de que o currículo do Ensino de Nível Médio no país é propedêutico, portanto introdutório e que prepara os discentes apenas para o ingresso nas Universidades e Faculdades, ou seja, não tem caráter formador. Para os alunos em especial da rede privada de ensino que normalmente têm acesso a

³ Dêitico é todo elemento linguístico que, num enunciado, faz referência: (1) à situação em que esse enunciado é produzido; (2) ao momento do enunciado (tempo e aspecto do verbo); (3) ao falante (modalização). Assim, os demonstrativos, os advérbios de lugar e de tempo, em geral deles derivados, os pronomes pessoais, os artigos (...) são dêiticos, constituem os aspectos indiciais da linguagem. (DUBOIS, et al 1998, p.167)

uma educação bilíngue – ao contrário dos das classes sociais menos favorecidas – e que não apresentam dificuldades de acesso e permanência na escola, estarão por opção, apenas aptos à aprovação no exame do vestibular, condição necessária ao ingresso nos cursos de nível superior, via de acesso para a passagem da educação básica à de nível superior.

Ao longo do dizer, há toda uma margem de não-dito que também significa e que se associa com uma dada Formação Discursiva que não contempla indistintamente a inclusão de todos os brasileiros numa educação bilíngue. Com a implantação dos ideários neoliberais no modelo educacional brasileiro, fica atestada a possibilidade de um documento governamental veicular, em seu discurso, a posição político-ideológica do capital, direcionada à lógica de mercado e de quem dela possa se beneficiar, deixando à margem as relações sociais.

SD3 – Assim, em lugar de capacitar o aluno a falar, ler e escrever em um novo idioma, as aulas de Línguas Estrangeiras Modernas nas escolas de nível médio, **acabaram**⁴ por assumir uma feição monótona e repetitiva que, muitas vezes, chega a desmotivar professores e alunos, ao mesmo tempo em que **deixa de valorizar conteúdos relevantes à formação educacional dos estudantes.**

O fragmento **em lugar de capacitar o aluno a falar, ler e escrever em um novo idioma, as aulas de Línguas Estrangeiras Modernas nas escolas de nível médio, acabaram por assumir uma feição monótona e repetitiva**, recorre da noção de ensino de LEM em um enfoque tradicional, em detrimento dos aspectos relacionados com a Abordagem Comunicativa de ensino.

Na Abordagem⁵ Comunicativa de ensino de LEM, tal como indicado nos PCNEM, em contraposição ao Ensino Tradicional, a língua é concebida como um exercício destinado à realização das interações sociais.

Para que os indivíduos possam interagir com eficiência necessitam desenvolver uma competência comunicativa que envolve o conhecimento do uso social da língua, conhecimento gramatical e lexical. Entendemos para o propósito desse estudo, o termo Ensino Tradicional de LEM aquele que tem como método o

⁴ (Grifo Nosso)

⁵ A abordagem de ensino de línguas estrangeiras é uma filosofia de trabalho, um conjunto de pressupostos explicitados, princípios estabilizados ou mesmo crenças intuitivas quanto à natureza da linguagem humana. (ALMEIDA FILHO 1993 p.13)

ensino/aprendizagem de aspectos que se limitam ao ensino da gramática e tradução da língua em estudo, no qual o aprendiz adquire apenas uma competência metalinguística do idioma.

Seguindo, (...) **ao mesmo tempo em que deixa de valorizar conteúdos relevantes à formação educacional dos estudantes.** O operador discursivo **ao mesmo tempo**, indicativo de simultaneidade, nos conduz ao entendimento de que as LEM no modelo de Ensino de nível Médio vigente no país nos anos que antecederam a edição e divulgação dos PCNEM, não contribuía para a formação dos educandos. Ao afirmar que – **deixa de valorizar** – os conteúdos qualificados como relevantes, o enunciador não explicita quais conteúdos considera como importantes à formação educacional dos educandos. Ao tempo em que aciona a política do silêncio, entendida aqui como um efeito de discurso que instala o antiimplícito. Como advoga Orlandi (2003), na possibilidade de se dizer “x” para não (permitir) dizer “y”, este sendo o sentido a se destacar do dito, ou seja, é o não-dito necessariamente excluído. Por esse expediente se apagam os sentidos que se quer excluir, sentido que poderia acionar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, determinando em consequência os limites do dizer.

SD4 – Além da carência de docentes com formação adequada e o fato de que, salvo exceções, **a língua estrangeira predominante no currículo ser o inglês, reduziu muito o interesse pela aprendizagem de outras línguas estrangeiras**⁶ e a consequente formação de professores de outros idiomas.

De acordo com Orlandi (2003), aqui observamos o fato de que o silêncio que atravessa as palavras, ou seja, que existe entre elas, ou mesmo que nos indica que o sentido posto, tendente à naturalização, pode sempre ser outro, diferenciado do qual o enunciante normalmente tende a propagá-lo. Pois, quando nos referimos à época do monopólio linguístico do ensino de língua inglesa nas escolas brasileiras, as questões sócio-históricas de tal fato são omitidas, ou seja, o real sentido dos eventos discursivos, associados às contingências históricas, como são mais importantes para o esclarecimento da sociedade, quase nunca são explicitados.

REFERÊNCIAS

⁶ (Grifo Nosso)

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 1993.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. “A (des)razão do mercado: efeitos de mudança no discurso da qualidade total” – Tese de Doutorado, Maceió, UFAL, 1999.

BRASIL. *Lei Nº 4.024 de, 20 de dezembro de 1961, Lei que Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da república Federativa do Brasil, DF, 20 de dezembro de 1961.

_____. *Lei Nº 5.692 de, 11 de agosto de 1971. Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de agosto de 1971.

_____. *Lei nº 9.394 de, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros curriculares nacionais: linguagens, códigos e suas tecnologias: língua estrangeira*. Brasília: MEC/SEM, 1998.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *Ensino de qualidade e cidadania nos parâmetros curriculares nacionais: o simulacro de um discurso modernizador*. Tese de Doutorado. UFAL, 2002.

DUBOIS, Jean. & et. al. *Dicionário de linguística*. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.